

**DESENVOLVIMENTO, SUSTENTABILIDADE E NECESSIDADES
HUMANAS: UMA CRISE NA CONVERGÊNCIA DENTRO DO
MODELO DE DESENVOLVIMENTO DE MONDRAGÓN, (PAÍS
BASCO)**

Autores: Anderson de Miranda Gomes; Carlos Alberto Cioce Sampaio
Universidade Regional De Blumenau – FURB, Brasil

Mesa Nº: 7 La cuestión ambiental

**DESENVOLVIMENTO, SUSTENTABILIDADE E NECESSIDADES
HUMANAS: UMA CRISE NA CONVERGÊNCIA DENTRO DO MODELO DE
DESENVOLVIMENTO DE MONDRAGÓN, (PAÍS BASCO)**

Anderson de Miranda Gomes¹ [andlestat@gmail.com]

Carlos Alberto Cioce Sampaio² [carlos.cioce@gmail.com]
*Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional
Universidade Regional de Blumenau (FURB) – Brasil*

Mesa Nº: 7 La cuestión ambiental

ABSTRACT:

This work is a reflection developed within the subject of Ecosocioeconomy in the Master of Regional Development of Universidade Regional de Blumenau-FURB. This aims to present the discussion on the crisis that is installed in the production process inside the territories, setting the idea of developing the standard of sustainability at the same time it seeks to understand the interests of their populations. The guiding question of this work is: The development in the territory of Mondragon, located in the Basque Country (Spanish State), converges at all levels of sustainability? Furthermore, these levels of sustainability are consistent with those interests of its population? Justified for it is a region which reflects what is closer to sustainable thinking, at least in the economic and social development, with some caveats in the environmental sector. Data collected by bibliographic research, have as secondary sources, theoretical articles

¹Bacharel em Relações Internacionais, internacionalista, mestrando do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional FURB, bolsista da CAPES.

²Ecosocioeconomista, professor visitante do programa de pós-graduação em desenvolvimento regional FURB e professor permanente do programa de pós-graduação MAD, meio ambiente e desenvolvimento da Universidade Federal do Paraná UFPR BRASIL.

related to the areas of regional development and ecossocioeconomy. Partial results show the evidence of an aggravation of the crisis that is no longer just economic, but a crisis of civilization, multidimensional, in which what is produced, consumed, distributed, becomes not only development opportunities but also a threat to life itself. There is a general awareness about the destruction of the environment, and that continually resurface public and private initiatives showing political actions to sustainability. However witnesses a strong resistance to changing lifestyles. The future requires such changes and full conscious participation of the communities. It's necessary to mobilize civil society itself as a force of first order in search of a new paradigm of civilization.

KEYWORDS: Development, Sustainability; Interests; Mondragón.

RESUMO:

Este trabalho trata-se de uma reflexão desenvolvida dentro da disciplina de Ecossocioeconomia no Mestrado em Desenvolvimento Regional da Universidade Regional de Blumenau- FURB. O mesmo tem por objetivo apresentar a discussão sobre a crise que se instala no processo produtivo dentro dos territórios, colocando a ideia de desenvolvimento a luz do modelo de sustentabilidade ao mesmo tempo em que procura entender os interesses de suas populações. A questão norteadora desse trabalho é: O desenvolvimento no território de Mondragón, situado no País Basco (Estado Espanhol), converge em todos os níveis de sustentabilidade? Além disso, esses níveis de sustentabilidade vão ao encontro dos interesses de sua população? Justifica-se por tratar de uma região a qual reflete o que há de mais próximo do pensamento sustentável, pelo menos nos setores econômico e social, com algumas ressalvas no setor ambiental. A metodologia utilizada neste trabalho é de uma pesquisa exploratória e descritiva quanto ao objeto e qualitativa em relação ao processo. Os dados coletados, por pesquisa bibliográfica, têm as fontes secundárias, artigos relacionados aos teóricos das áreas de desenvolvimento regional e ecossocioeconomia. Os resultados parciais apresentam a constatação do agravamento de uma crise que não é mais somente econômica, mas sim uma crise da civilização, de caráter multidimensional, na qual, o que se é produzido, consumido, distribuído, torna-se não somente possibilidades de desenvolvimento, mas

também uma ameaça a própria vida. Há uma consciência geral sobre a destruição do meio ambiente, sendo que continuamente ressurgem iniciativas públicas e privadas mostrando ações políticas voltadas à sustentabilidade. No entanto ainda presencia-se uma forte resistência à mudança dos modos de vida. O futuro requer tais mudanças e a plena participação consciente das comunidades. É necessário mobilizar a própria sociedade civil como força de primeira ordem na busca de um novo paradigma civilizatório.

PALAVRAS-CHAVE: Desenvolvimento; Sustentabilidade; Interesses; Mondragón.

1. INTRODUÇÃO

Ao se comparar o desenvolvimento dos países, percebe-se que este é desigual e que grande parte da população ainda se encontra num estado de pobreza. Não obstante, após o período das grandes guerras, os Estados Nacionais passaram a se preocupar muito com o que? e se concentrar em políticas desenvolvimentistas baseadas no fluxo e mobilidade de bens e recursos. (Seabra et al., 2006: 72). Tal mobilidade se dá através do comércio internacional conjuntamente com a liberalização dos fluxos de capitais, os quais têm sido dados como respostas para a superação da pobreza pelas nações.

Este tipo de ação é tido como uma equação lógica, no que se refere a enquadrar o conceito de desenvolvimento aos moldes da valorização econômica e financeira. Ou seja, a ideia de desenvolver determinada área estaria ligada intrinsecamente em aumentar sua capacidade de produção e conseqüentemente, na sua ampliação de gerar capital.

Neste trabalho, será questionada a ideia convencional do conceito desenvolvimento, propondo uma análise mais profunda deste termo, e como o mesmo interfere dentro das regiões, desde sua preconização até a sua prática. Ou seja, quais seriam os territórios realmente desenvolvidos? O desenvolvimento está diretamente ligado a capacidade produtiva? E o processo produtivo desses territórios é capaz de garantir que os mesmos possam ser palco de uma qualidade de vida saudável? Assim, vislumbra-se a ideia de desenvolvimento remetida a algumas correntes multidisciplinares, como economia ecológica, sociologia, sistemas da tecnologia, na busca de extrair um significado genuíno e mais próximo do que se entende como uma completa modificação de um território e sua população, ou desenvolvimento.

Segundo Azkarraga et al. (2011), vivemos numa sociedade de risco, ou seja, em sociedades que são confrontadas com os desafios da auto-criação de suas possibilidades, as quais, passam grande parte de sua existência se preocupando com os riscos que as mesmas produziram. Atualmente, as instituições mais desenvolvidas da sociedade moderna (Estado, Mercado Financeiro, Ciência e Defesa militar) parecem ser ineficientes frente ao novo risco global. Assim, tal risco pode ser concebido como auto-gerado, sendo exemplos: pandemias, energia nuclear, mudanças climáticas. Trata-se de uma crise da civilização, ou seja, uma crise multidimensional de natureza estrutural e difícil saída caso os padrões de produção, consumo e distribuição não sejam transformados.

Neste sentido, evoca-se o conceito de sustentabilidade, como forma de chamar a atenção não só a um sistema de produção e consumo das populações, mas também de um modo de vida que coloca em risco não só o estoque de matérias primas, mas também toda a vida, no sentido mais amplo da palavra, no planeta.

O debate sobre a noção de sustentabilidade, segundo Rocha (2011), evoluiu no sentido de incorporar dimensões além das relacionadas aos recursos naturais, podendo-se identificar duas correntes predominantes: a corrente, protecionista e conservacionista, que tem a sustentabilidade como um problema antes de tudo, ecológico por si; e a que considera a sustentabilidade não só nos termos ecológicos, mas também sociais, a chamada corrente desenvolvimentista, na qual iremos nos fundamentar.

Nesse contexto, pode-se verificar uma consciência geral sobre o processo de destruição do meio, na medida em que políticos e empresas tentam dar sua “contribuição” com algumas atitudes pensadas a favor da sustentabilidade. Não obstante, o que se tem é uma enorme resistência à mudança. São inúmeras as necessidades e conseqüentemente os interesses de todos os tipos para a perduração do status quo atual, insustentável, em favor de um sistema de produção e consumo profundamente (auto) destrutivo. (AZKARRAGA et al., 2011:62).

Como forma de elucidar a convergência desses três elementos (desenvolvimento, sustentabilidade e necessidades) nesse trabalho, foi escolhido uma região a qual reflète o que há de mais próximo do pensamento sustentável, pelo menos nos setores econômico e social, com algumas ressalvas no setor ambiental, o que será discutido no corpo deste trabalho, a Região de Mondragón, situada no País Basco (Estado Espanhol). Esta reflète uma das economias mais fortes e desenvolvidas em todo o mundo, cuja característica principal é a sua constituição por meio de cooperativas de trabalho

associado e do forte investimento na educação das pessoas, através de cooperativas de educação voltada à transformação da realidade sócio-econômica da região, no que diz respeito a desenvolver capacidades das pessoas e o entorno onde elas vivem. Entretanto, fica uma pergunta principal que se tentará responder no final deste trabalho: O desenvolvimento no território de Mondragón converge em todos os níveis de sustentabilidade? Além disso, esses níveis de sustentabilidade vão ao encontro dos interesses de sua população?

Portanto, parte-se a primeira etapa deste trabalho na qual será apresentado a ideia de desenvolvimento, e como se deu a necessidade de se encontrar dentro deste estado de profunda transformação.

2- DESENVOLVIMENTO

No decorrer da história, o desenvolvimento das sociedades baseou-se nos moldes do capitalismo, funcionando como instrumento necessário para alcançar os objetivos monetários e quantitativos de capital. Houve uma valoração e uma prioridade da eficiência produtiva em detrimento de déficits sociais e ambientais.

O pensamento do desenvolvimento está intrinsecamente ligado as ideias de crescimento econômico. A promessa da modernidade, sintetizada pelo conceito de progresso segundo Norgaard e citado por Costa (2008:91) era composto pelos elementos: *“controle sobre a natureza através da ciência; abundancia material através da tecnologia; governabilidade através de uma cultura superior através da organização racional da sociedade; além da paz e justiça através da cultura superior a ser atingida por todos, uma vez liberados das necessidades materiais.”* Essa promessa da modernidade incidiu sobre os Estados, atravessando um vasto período temporal, se concretizando com a Revolução Industrial, porém de forma desigual, cujos índices alcançados pela Europa Ocidental e Estados Unidos diferiram das demais partes do globo, tornando-se uma falácia, ou pelo menos deficiente a idéia de progresso na modernidade.

O que foi experimentado no período pós II Guerra Mundial foi uma corrida reestruturalista pautada no processo de reconstrução de uma Europa devastada por um período de contenda e que agora pretendia se restabelecer nos moldes do sonho americano e da idealização de um modelo de produção e consumo que refletiam riqueza e sucesso.

Não obstante, essa análise crítica de como o desenvolvimento fora preconizado, faz-se necessário, averiguar o que se considera por desenvolvimento, e a partir dessa constatação discutir as melhores alternativas para que o mesmo seja alcançado, ou não, nos diversificados modelos de sociedades.

Para Sergio Boissier, na compilação de verbetes sobre desenvolvimento regional de Siedenberg, o desenvolvimento é um conceito *em transição entre a antiga interpretação de crescimento econômico e a nova concepção que representa um estado intangível, subjetivo, que está associada mais com atitudes e menos com conquistas materiais* (Boisier, 2003:69).

Não obstante, não será excluída a idéia de crescimento econômico do pensamento proposto por Boisier, no qual o mesmo tem o desenvolvimento do espaço *como um processo de mudança sócio-estrutural, mapeado sobre um território próximo, definido geograficamente pela própria escala do processo.* (Boisier, 2003:70).

Para complementar o pensamento proposto por Boisier, traz-se a ideia de desenvolvimento regional para a análise, *em que há mudanças sociais e econômicas que ocorrem em determinado espaço* (Siedenberg, 2006:72)

Amartya Sen (2000) define o desenvolvimento como um processo de ampliação da capacidade dos indivíduos escolherem, abrirem o horizonte social e cultural. Este acredita que a base material de uma nação é fundamental, mas deve ser considerada como um meio e não o fim em si.

Segundo Seabra et al (2006) o direito ao desenvolvimento vai além das políticas de crescimento do PIB de um país, mas está ligado às questões de cooperação e solidariedade que transformam o capital econômico em capital social, relações de confiança recíproca, menor corrupção e sonegação de impostos. Isso impulsiona um crescimento econômico e possibilita uma governabilidade democrática.

A princípio não haveria uma maneira de se desenvolver sem a exploração dos recursos naturais, bem como não haveria como o meio ambiente suportar a manutenção do desenvolvimento nesse nível predatório do conceito. O filósofo Hans Jonas, o qual suas idéias tiveram grande aceitação pelo círculo de ambientalistas, é citado por Leis, no qual esse faz uma crítica dirigida ao pensamento moderno, *o qual não se torna capaz de dar uma resposta à crise ecológica em função da perda ou inversão de uma perspectiva teleológica (orientação finalista do pensamento e da ação)*. Isso acabaria por impedir a integração ética entre a humanidade e a natureza, em *“que a natureza será destruída*

não para a preservação e reprodução da vida humana, mas sim pela lógica de acumulação e do desenvolvimento das forças produtivas”. (Leis, 2010:35)

Nos anos 70, o pensamento ambiental começa ganhar força ao questionar o modelo de desenvolvimento capitalista e de organização territorial associado ao projeto de modernidade. Nesse contexto, a questão que passa a ser pensada é de como obter um desenvolvimento sem que seja posto em risco o ambiente e fazer com que esse perdure para as gerações seguintes. Surge então a busca por uma forma de desenvolvimento sobre os moldes de sustentabilidade. A abordagem do pensamento ambiental incide sobre o processo de desenvolvimento de forma sustentável. Isto é feito na *direção do desenvolvimento através da ecologia política e da construção da natureza e do ambiente como catalisadores de processos de emancipação social e político* (COSTA, 2008:79).

Novas contribuições como a tentativa de formular uma teoria institucional do desenvolvimento ou no estudo das relações de poder entre os atores surgem nas décadas de 80 e 90. Quanto às bases de sustentação político-sociais do desenvolvimento, temos apresentado por Leis e Viola três versões do desenvolvimento sustentável: estadista, regulada pelo Estado; comunitária, as bases da sociedade desenvolvem papel de monitoramento; mercado, com apropriação privada dos recursos naturais e da qualidade ambiental. As três versões conjuntamente nos revelam a possibilidade de um verdadeiro desenvolvimento sustentável, no qual o mesmo *não seria um ponto de chegada, mas sim de partida*. (Costa, 2008: 87).

No entanto, antes de discutir a ideia de um desenvolvimento sustentável, deve-se entender o que é visto como sustentabilidade e qual o papel da mesma dentro do espaço que é preconizada.

3- SUSTENTABILIDADE E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL.

A noção de sustentabilidade surge a partir da noção dos limites do uso produtivo de estoques de recursos físicos renováveis (rítmos de regeneração), dos recursos não renováveis (substitutos de insumos que são disassociados após sua utilização tendo de ser substituídos) (ROCHA,2011:14).

Contudo, com um enfoque mais amplo no que diz respeito a ideia de preservação dos ecossistemas, os quais são ameaçados pelas investidas produtivas, voltamos a ideia original de que haveria uma relação competitiva entre o meio ambiente e o sistema de

desenvolvimento. O que se pretende no entanto, é demonstrar que haveria uma nova via de pensamento que estaria em consonância com a manutenção dos recursos e suas funcionalidades sem que houvesse a estagnação dos setores econômicos e sociais.

Assim, ao considerar a sustentabilidade como a durabilidade de um sistema: "... um sistema sócio-econômico é sustentável quando, na sua transformação e desenvolvimento, não põe em xeque a causa e a base ecológica sobre a qual repousa - e, portanto, pode durar no tempo " (Riechmann, 2010:108). Significa viver bem dentro dos limites estabelecidos pelos ecossistemas.

Riechmann aponta cinco fatores mais específicos para definição de uma verdadeira sustentabilidade: Sustentabilidade é a eco-eficiência; o respeito aos limites biofísicos; fazer a transição de uma gestão linear para uma gestão de sistemas; requer substanciais transformações sociopolíticas (revolução sócio-política); mudança cultural significativa (revolução cultural).

Assim, o desenvolvimento baseado na sustentabilidade é aquele que atende as necessidades do presente sem comprometer as das gerações futuras. Tem como conceitos-chave as necessidades das populações e as limitações dos recursos. Esse tipo de desenvolvimento leva em conta a transformação progressiva da economia e da sociedade e como os atores interagem de maneira a estabilizar as tensões causadas por essa transformação.

Não obstante, o conceito de sustentabilidade parece estar em moda e tem sido deveras usado, dando margem à ambiguidade e a diversas interpretações, sendo confundido principalmente com crescimento econômico sustentável, ou seja, um sistema produtivo e financeiro que perdura a medida em que nele é investido novas técnicas, tecnologias, novos insumos vindos de outros lugares que não o seu próprio território, gerando um capital, o qual se autoalimenta.

Em seu trabalho, a evolução sustentável (II): anotações para uma saída razoável, (AZKARRAGA et al., 2011:13-14) se apresenta quatro linhas de pensamento sobre o conhecimento de sustentabilidade:

- Desenvolvimento sustentável como crescimento econômico, com uma visão antropocêntrica e econômica. Esta é uma linha de discurso que defende mercados livres e intervenção técnico-científica para solução para o problema ecológico.
- O desenvolvimento sustentável fraco, que também é baseado em uma visão antropocêntrica, com ênfase no crescimento econômico. No entanto, esse discurso leva

em conta os limites da natureza e prega o "controle" do mercado como uma solução para o meio ambiente. A chamada modernização ecológica: uma esfera autônoma do meio ambiente na economia, procuraria neutralizar os excessos através de políticas de eficiência energética, a divulgação de valores pós-materialistas e "verdes" hábitos de consumo (Garcia, 2004).

- O desenvolvimento sustentável forte, o qual empenha em preservar todos os recursos naturais, sem a intervenção de critérios econômicos. Para enfrentar a crise ecológica e social não são suficientes apenas soluções tecnológicas e econômicas, mas deve haver uma articulação de medidas educacionais e sociais.
- Ecologia profunda (deep ecology), com visão ecocêntrica que considera todos os organismos vivos com um valor intrínseco, cuja proteção é um dever moral e político. A solução virá de uma mudança profunda na sociedade, no indivíduo e em seu estilo de vida.

Apesar do progresso de uma visão mais biocêntrica em detrimento da antropocêntrica, ainda um paradoxo nos chama a atenção: há uma conscientização sobre a necessidade de "cuidar o meio ambiente", acompanhado por uma vasta literatura sobre o desenvolvimento sustentável e, no entanto, ainda persiste um crescente fluxo de materiais e de consumo.

O pensamento ambientalista no mundo ocidental é relativamente novo no que diz respeito à inclusão do tema nas áreas econômicas, sociais e políticas. No início tinha-se por ideia principal a conservação das espécies, ameaçadas de extinção, atualmente, o que tem sido debatido é a forma eficiente e sustentável de utilização dos recursos naturais paralelo ao crescimento da economia.

Retomando a discussão do papel das instituições no processo de desenvolvimento, fazemos referência ao Relatório de Brundtland, também conhecido como Nosso Futuro Comum, gerado pela CMMAD, Comissão Mundial do Meio Ambiente e Desenvolvimento, o qual foi deveras criticado com base na ideia de que o crescimento econômico é incompatível com o desenvolvimento sustentável. Além disso, os valores tanto de bem estar e de consumo variam de acordo com cada região, fazendo que a ideia de suprir as necessidades das gerações presentes e futuras seja muito ambígua e de margem para várias interpretações. Bradotti irá citar Hermann Daly como o economista responsável pela diferenciação entre o crescimento sustentável e o desenvolvimento sustentável. Este chegará a conclusão que a manutenção dos níveis de consumo semelhantes aos países do Norte não podem ser inseridos globalmente sem

que haja a destruição do meio ambiente. Para Daly (1991), a economia ecológica se dá através de uma relação entre os setores, humano e não humano, em uma matriz configurada das ações dessas duas áreas onde se pode definir suas sub-disciplinas: economia tradicional; ecologia; economia do meio ambiente ; e economia dos recursos naturais.

O principal fator que distingue a economia ecológica da economia convencional é o fato da primeira ver a economia como um subsistema aberto dentro de um sistema total finito e fechado (Daly, 2000:5). A economia convencional somente vê um fluxo de valor e de troca entre as empresas e o consumo, não entrando e saindo nada desse círculo fechado. Na economia ecológica, a energia necessária para se produzir e também que se dissipará durante o processo produtivo e na acomodação dos resíduos, é levado em conta na contabilização dos lucros e prejuízos para o produtor e também a natureza.³

Na economia ecológica, para que haja desenvolvimento sustentável *é preciso que a escala da economia esteja dentro da capacidade de sustentação do ecossistema total* (DALY, 2000:14). O Desenvolvimento sustentável para esses economistas pode ser traduzido como *o desenvolvimento sem crescimento, sem aumento quantitativo, com expansão ou realização das potencialidades, com aumento qualitativo*. Ou seja, o desenvolvimento sustentável requer a regeneração dos *inputs* de matéria prima e absorver os *outputs* residuais. Além da utilização moderada dos recursos e sua capacidade de regenerar os resíduos para um reaproveitamento, o conceito de desenvolvimento sustentável ainda requer *o controle populacional e a redistribuição de riqueza* (Daly, 2000:15).

Retomando a discussão prévia do Relatório de Brundtland, segundo Bradotti (2000:179), *a Conferencia das Nações Unidas para Meio Ambiente e Desenvolvimento, a UNCED foi crucial no estabelecimento de uma estrutura legal necessária para a implementação do desenvolvimento sustentável a nível global*. Esta teve papel de apresentar a comunidade internacional os planos de desenvolvimento e conservação ambiental, sendo que os governantes deveriam produzir em sua esfera doméstica as demandas de suas populações e apresentá-las as mesmas como forma de documentos que seriam assinados e ratificados.

³ Para um completo entendimento do sistema proposto pela economia ecológica: DALY, Herman E. (1991), “A Economia Ecológica e o Desenvolvimento Sustentável/ Herman E. Daly. Trad. John Cunha Comerford. Rio de Janeiro: AS-PTA, 1991.

Depois da UNCED, a importância do Desenvolvimento sustentável tem sido acentuada e a estratégia de conservação mundial procurou adotar três objetivos principais: *Manter os processos ecológicos essenciais, preservar a diversidade genética e assegurar a utilização sustentável das espécies e dos ecossistemas* (Bradotti, 2000:186).

A Comissão Mundial Sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento expressa em 1988 seu trabalho conceituando o Desenvolvimento sustentável e as prerrogativas para alcançá-lo. Esta estabeleceu *um modelo de trabalho para as instituições da ONU, que incluem diferentes grupos de cidadãos, negócios, indústria, etc., com consultas dentro do processo preparatório da Comissão* (Bradotti, 2000:175).

O Relatório da CMMAD refere-se ao desenvolvimento sustentável como:

...um processo de transformação no qual a exploração dos recursos, a direção dos investimentos, a orientação do desenvolvimento tecnológico e a mudança institucional se harmonizam e reforçam o potencial presente e futuro, a fim de atender as necessidades e aspirações humanas. (CMMAD 1998)

Pode-se verificar uma consciência geral sobre o processo de destruição do meio, na medida em que políticos e empresas tentam dar sua “contribuição” com algumas atitudes pensadas a favor da sustentabilidade. Não obstante, o que se tem é uma enorme resistência à mudança. São inúmeros os interesses de todos os tipos para a continuação do atual *status quo* (insustentável) em favor de um sistema de produção e consumo profundamente (auto) destrutivo.

4- NECESSIDADES HUMANAS, FELICIDADE E CULTURA DA SUFICIÊNCIA

Nesta parte do trabalho, será discutido como os seres humanos criam suas expectativas, desenvolvendo necessidades, sejam elas conscientes ou não, e por fim, como essas são transformadas em interesses que podem colidir com a ideia de sustentabilidade, colocando em xeque esse tipo preconizado de desenvolvimento. Em seu trabalho, Max-Neef (2010) qualificou as necessidades básicas dos humanos como finitas, poucas, classificáveis e universais. Tais necessidades seriam as mesmas em todas as culturas e presentes em todo o percurso da história, modificando apenas os meios utilizados para satisfazê-las. Seriam nove as necessidades para serem satisfeitas:

subsistência, proteção, afeto, entendimento, participação, ócio, recreação, identidade e liberdade.

Segundo Max-Neef (2010), o que diferenciaria as sociedades seriam as formas de satisfazerem suas necessidades fundamentais. Neste sentido temos os fatores de satisfação, os quais tratam de produtos historicamente construídos pelas sociedades e passíveis de modificação. Existem diferentes formas de uma sociedade satisfazer suas necessidades e as de seus membros. Entre elas temos

- Fatores destruidores - Estes satisfazem uma necessidade em detrimento de outra, ou seja, tem um caráter excludente. Um exemplo deste tipo de fator de satisfação seria o armamentismo, para satisfazer a necessidade de proteção, destrói-se praticamente todas as oito outras necessidades.
- Pseudo fator de satisfação – Estes fatores têm uma característica de satisfação momentânea e limitada. Elucidado neste fator temos a produção exacerbada e exploração dos recursos visando satisfazer a necessidade de subsistência ou conforto. Sendo os recursos materiais finitos, escassos, a destruição dos mesmos em prol de um bem ou serviço transformado nos concede uma felicidade momentânea e passageira frente ao valor inerente e real existente em tais insumos.
- Fatores inibidores – Ao satisfazer uma necessidade, acaba por inibir as demais. Deve-se tomar cuidado para não se confundir os fatores excludentes com os inibidores, pois os primeiros deterioram os valores existentes enquanto os fatores inibidores não permitem o surgimento dos demais fatores. As práticas do Taylorismo, por exemplo, acabam por inibir as necessidades de entendimento, ao limitar o conhecimento global sobre determinada linha produtiva. Inibe também as questões de identidade pois limita as relações interpessoais, formalizando um modelo único de conduta e produção. Inibe também a liberdade, pois nesse modelo único de conduta, cujo padrão deve ser seguido por todos, há um enrijecimento do comportamento individual.
- Fatores singulares – Esses fatores satisfazem somente uma necessidade específica, podem ou não ser colaboradores para outros fatores singulares ou mais complexos. Esboçando esse fator, têm-se alguns programas de alimentos que satisfazem a necessidade de subsistência, no entanto, não atingem muitas das necessidades tão emergenciais quanto essa.

- Fatores sinérgicos – Ao contrário dos fatores singulares, os mesmos contribuem para a satisfação simultânea de várias necessidades dos indivíduos e da comunidade. Exemplo deste tipo de fator seriam as organizações e cooperativas comunitárias.

Tendo apresentado os tipos de fatores de satisfação, pode-se afirmar que qualquer *necessidade humana que não é satisfeita é uma forma de pobreza*. (Azkarraga et al, 2011:67). Como dito anteriormente, os países não se desenvolveram de mesma maneira, sendo suas pobrezas e riquezas diferenciadas a partir de suas necessidades não supridas. No entanto, seriam as necessidades realmente semelhantes em todas as partes do globo? E ainda, como essas necessidades são construídas dentro das suas sociedades?

Pensa-se criticamente na sociedade que se habita e pode-se visualizar que tanto as necessidades quanto os fatores de satisfação são construídos e por isso, suscetíveis à mudança. Sendo assim, temos a possibilidade de pensar *uma outra alternativa de sociedade baseada em outros novos fatores de satisfação construídos*. (Azkarraga et al, 2011: 67).

Também já havíamos discutido que o bom desenvolvimento, tido como o desenvolvimento sustentável, é aquele que permite elevar mais a qualidade de vida das pessoas, sendo que essa qualidade de vida dependerá das possibilidades que tais pessoas tenham para satisfazer suas necessidades humanas básicas de forma adequada.

O atual modelo hegemônico de desenvolvimento fundamenta-se nos valores adquiridos e no poder da técnica, satisfazendo-se com uma enorme quantidade de produtos que supõe um aumento no gasto de materiais e energia, o que provoca um impacto considerável na biosfera e uma acelerada degradação do meio ambiente. Assim, o grande desafio que se tem pela frente é fazer com que as sociedades supram suas necessidades com um impacto e uma carga muito menor da mesma sobre a biosfera.

Trataremos a seguir de visualizar uma área bastante elogiada pelos estudiosos da ecossocioeconomia, no que diz respeito seu modelo de sustentabilidade no seu desenvolvimento, o Complexo de Mondragón.

5- MONDRAGÓN: UM EXEMPLO DE SUSTENTABILIDADE?

Frente ao dilema de se estabelecer o desenvolvimento sustentável em contrapartida de uma não estagnação do sistema econômico e da negação das necessidades e interesses individuais e coletivos, temos um exemplo reconhecido

mundialmente, uma alternativa encontrada num tipo diferenciado de organização econômica, baseada em cooperativas, as quais tem se consolidado e se mantido ao longo do tempo (característica fundamental de sustentabilidade) e garantido não só aos seus cooperados, mas também toda a população do território, uma qualidade de vida que excede aos parâmetros de bem-vivência de muitos países desenvolvidos. Trata-se da experiência do Complexo Cooperativo de Mondragón, estabelecido na cidade basca de mesmo nome.

A cidade de Mondragón situa-se ao extremo norte do Estado Espanhol, próximo à divisa com a França. A cidade pertence à província de Guipúscoa, dentro da comunidade autônoma do País Basco. Esta possui uma população de 22.013 habitantes distribuídos num território compreendido em 30,80 km².⁴

Dentro da cidade, o complexo de Mondragón é compreendido por atividades econômicas de produção, consumo, distribuição e concessão de créditos, além de práticas sociais. Tais atividades têm como princípio fundamental a busca pela igualdade de direitos entre os indivíduos e a posse coletiva dos meios de produção. Dentro deste contexto, são características que compõe às atividades dentro do território, a autogestão, o sistema político regido pela democracia, a relação de cooperação intra e entre empresas, centralidade e prioridade do ser humano, justiça social na produção, valorização do saber local, da diversidade e da aprendizagem, e cuidado com o meio ambiente (características intrínsecas da economia solidária e da ecossocioeconomia).

Neste contexto, pode-se entender Mondragon como uma verdadeira economia regional cooperativa, tendo em vista que tanto as cooperativas de produção, quanto as de consumo, crédito e educação, as quais compõem o complexo, estabelecem uma forte interdependência entre si, o que reforça os laços de funcionalidade de seu sistema econômico produtivo e conseqüente qualidade de vida.

Podemos verificar essa interdependência numa simples perspectiva de alguns serviços encontrados dentro da cidade de Mondragón: O banco cooperativo, a Caixa Laboral Popular concede empréstimos às cooperativas em bases mais acessíveis e favoráveis aos seus cooperados, além de prover um monitoramento do desempenho das cooperativas e recomendar as alterações necessárias para mantê-las competitivas frente ao mercado.

⁴ Informações retiradas do Site oficial de Mondragón. < <http://www.arrasate-mondragon.org/>>

A Escola Politécnica Profissional, universidade tecnológica de Mondragón, além de capacitar os futuros trabalhadores e administradores das cooperativas, propicia em suas formações a capacidade de garantir a sua flexibilidade trabalhista e a atualização de conhecimentos e do processo de inovação. Esta o faz através do fluxo e o intercambio de informação e conhecimentos sobre os sistemas de produção, finanças, comércio dentro do grupo cooperativo.

Além da coordenação e a cooperação entre as empresas de Mondragon, por intermédio do Banco e da Universidade, os quais também são cooperativas, existe um mecanismo central de ajuda mútua entre as cooperativas, ou seja, as cooperativas de Mondragon fazem parte de subgrupos de empresas, as quais desenvolvem atividades econômicas complementares, tais como uma cadeia coordenada de fornecedores e compradores dos bens e serviços em questão.

O Desenvolvimento que fora preconizado por Arizmediarrieta no pós guerra estava relacionado primeiramente a melhoria da situação econômica e social da população de Mondragon por meio de uma justiça social mais eficiente. Não obstante, não somente as necessidades e as condições materiais na vida dos cidadãos seriam suficientes para que o estado de transformação idealizado.

Uma compreensão abrangente do desenvolvimento, o desenvolvimento humano, significou um salto qualitativo para promover naquela população *uma nova consciência humana que lhe permitisse usufruir de valores tais como dignidade, liberdade, responsabilidade e serviço à comunidade* (LARRAITZ, 2008: 71).

O que se buscou dentro de Mondragon foi uma construção, um equilíbrio no nível de formação que possibilitaria uma auto-organização da comunidade, provocando uma mudança de mentalidade no que diz respeito a uma ética comunitária, além disso, procurou-se desenvolver as fontes necessárias para abertura de espaços de uma *liberdade individual e responsabilidade coletiva*. (LARRAITZ, 2008:71).

Pode-se destarte, perceber uma preocupação e a efetiva atividade sustentável nos setores econômico e social, pelo menos em primeira instância, no processo de desenvolvimento da região. No entanto, a mesma preocupação e as ações praticadas pelas cooperativas e indivíduos dentro de Mondragón no setor ambiental refletem um desenvolvimento sustentável?

Desde 1990 a 2004 a escala física da economia Basca aumentou todos os indicadores, tanto o consumo de recursos quanto na geração de resíduos e emissões. Nenhum desses indicadores de fluxo de material caiu em relação ao PIB per capita, o

que nos remete a idéia de um metabolismo sócio-econômico que não consegue desassociar o bem-estar e do uso da natureza e da sua degradação. (Azkarraga et al, 2011:44)

A Economia Basca tem um grande peso no setor industrial pesado, principalmente de construção. Tais setores demandam muitos insumos provenientes do exterior gerando uma grande dependência dos mesmos. Ademais, a transformação desses materiais requer uma grande quantidade de energia proveniente de fontes fósseis, gerando grande poluição do meio ambiente.

Portanto a atividade industrial Basca implica numa enorme produção de resíduos e emissões de substâncias perigosas para a saúde humana, sendo imprescindível a busca por implementação de estratégias ecossistêmicas que fechem os fluxos de materiais através da criação de ecossistemas industriais em que os resíduos gerados pelas empresas possam ser utilizados como matéria prima por outras. (Azkarraga, 2011:45)

Destarte, tanto na perspectiva global quanto particular, a escala física da economia cresce com conseqüente impacto do meio-ambiente. Assim, um dos grandes desafios passa a ser a ecologização da economia, ou seja, superar um conceito e uma prática da economia que se fundamenta na ilusão de que esta está desconectada da realidade física e das leis da natureza.

Ao se pensar no modo produtivo e na qualidade de vida da população em Mondragón, tem-se a percepção de um problema, ou pelo menos de um obstáculo que deve ser pensado e superado. A Pegada Ecológica, um conceito proposto por Mathias Wackemagely e Willian Rees, em que mede cientificamente a superfície do planeta que precisa-se para propiciar as atividades econômicas e o modo de vida, mostra o impacto que uma população provoca na natureza devido aos seus modos e estilos de vida. Relacionado como a pegada ecológica tem-se o conceito de biocapacidade, ou capacidade de carga, ou seja a capacidade que os ecossistemas tem para produzir materiais úteis e absorver os resíduos gerados pelo seres humanos.

Quando a pegada ecológica é maior que a biocapacidade, temos um déficit ecológico, se ocorrer o contrário, a dita comunidade está garantindo que as próximas gerações disponham desses recursos. O que acontece em Mondragón, não diferentemente de áreas ricas do planeta, é que a pegada ecológica aumenta cada vez mais frente a biocapacidade do planeta. Independente da não utilização de materiais do entorno territorial basco, a demanda por matérias primas provenientes de outras regiões é crescente, destoando do pensamento sustentável do desenvolvimento.

O fundamental é que a sociedade se guiaria pelo que Hans Jonas chamou de A Filosofia da Responsabilidade: respeito do espaço em que se desenvolve uma comunidade humana e respeito ao tempo em que os recursos escassos e não renováveis são retirados. Esse preceito não remete o modo de vida e produção em Mondragón, pois como visto anteriormente, os mesmos superam a biocapacidade do planeta, fazendo que a recuperação do mesmo e a retomada da baixa entropia seja cada vez mais lenta.

A conclusão que se chega é que o modo de desenvolvimento, as pautas de consumo e o estilo de vida dos Bascos não é sustentável. Além disso, o fato de que sua biocapacidade é inferior à média global (é 1ha/hab, enquanto a média é de 1,8 ha global/pessoas), estamos observando que está reduzindo a capacidade local de auto-recuperação. É utilizado os recursos de outras regiões e países; portanto, reduz-se a possibilidade de tais territórios terem esses recursos e, conseqüentemente, a redução da possibilidade da população dos mesmos se desenvolver.

6- CONSIDERAÇÕES FINAIS

Atualmente, todas as populações do planeta encontram-se num momento histórico em que vários fenômenos têm contribuído para o agravamento de uma crise que não é mais somente econômica. Trata-se de uma crise da civilização, de caráter multidimensional, a qual dificilmente será resolvida caso se continue com os atuais padrões de produção, consumo e distribuição. Assim, vive-se numa sociedade de risco, como apontada por Azkarraga et al (2011), na qual, o que se é produzido, consumido, distribuído, torna-se não somente possibilidades de desenvolvimento, mas também uma ameaça a própria vida. Trata-se de uma preocupação constantemente com riscos auto-gerados e de difícil posterior contenção, tais como pandemias, guerras, catástrofes climáticas, etc.

Nunca se soube tanto sobre as diversas áreas, tanto sociais, ambientais, econômicas, científicas quanto nos dias atuais. Não obstante, esse mesmo conhecimento afeta negativamente a vida no planeta, pondo-o em risco num complexo paradoxo de existência, criação e destruição. Há uma consciencia geral sobre a destruição do meio ambiente, sendo que continuamente ressurgem iniciativas públicas e privadas mostrando ações políticas voltadas à sustentabilidade. No entanto ainda presencia-se uma forte resistência à mudança na sociedade no que concerne aos modos de vida e a valorização do espaço e da natureza.

O conceito de sustentabilidade tem sido utilizado exaustivamente e muitas vezes de forma ambígua, possuindo diversas interpretações, e muitas vezes, confundido com crescimento econômico. Apesar de uma maior conscientização sobre a necessidade de "cuidar o meio ambiente", de uma vasta literatura sobre o desenvolvimento sustentável, ainda persiste um crescente fluxo de materiais e de consumo.

O futuro requer mudanças substanciais nos modos de vida e a plena participação consciente das comunidades. É necessário mobilizar a própria sociedade civil como força de primeira ordem na busca de um novo paradigma civilizatório. Faz-se necessário uma maior descentralização e melhor distribuição do poder, implementação de um modo de viver que estivesse em conformidade com uma qualidade de vida baseada na progressiva utilização de ações sustentáveis. Essa visão tenta planificar um futuro sustentável a partir da implicação comunitária e dos princípios de amenização do impacto sobre os ecossistemas.

Os interesses são inúmeros e as necessidades humanas muitas vezes entram em choque com as ações de desenvolvimento, fazendo com que a sociedade contribua com a manutenção do *status quo* insustentável. Os fatores de satisfação são pensados no curto prazo, onde a falsa impressão de cumprimento das necessidades humanas é percebido pela população. Na verdade, o que temos são fatores de satisfação que preenchem algumas necessidades em detrimento de outras, o que reflete um caráter incompleto e de falsa realização dos interesses humanos.

O que diferencia as sociedades são as formas de satisfazerem suas necessidades fundamentais. Os fatores de satisfação são produtos historicamente construídos e passíveis de modificação. O atual modelo hegemônico de desenvolvimento fundamenta-se nos valores adquiridos e no poder da técnica, satisfazendo-se com uma enorme quantidade de produtos que supõe um aumento no gasto de materiais e energia, o que provoca um impacto considerável na biosfera e uma acelerada degradação do meio ambiente.

São muitas as iniciativas comunitárias, as quais buscam construir novas práticas sociais pretendentes de uma saída deste dilema interesses vs. desenvolvimento sustentável. Esse impasse pode ser amenizado e por que não resolvido, através de características tais como: iniciativas focadas com ênfase na escala local-regional; reivindicação da autonomia da comunidade frente às instituições (mercado e estado); e a valorização na diversidade cultural.

O complexo de Mondragón, através de seu espírito construtivo e inclusivo, orientado pela auto-suficiência local, auto-organização e a resiliência comunitária representa um modelo mais próximo ao que se remete ao desenvolvimento sustentável. No entanto, tem-se ainda o grande desafio pela frente, o de diminuir os níveis de produção e consumo, para que se possa também reduzir o consumo de recursos e geração de resíduos, garantindo assim o equilíbrio ecológico e possibilitando o duradouro bem-estar humano.

Esse grande desafio, pode ser resumido em conseguir estabelecer meios para que a sociedade possa suprir suas necessidades com uma carga muito menor sobre a biosfera. Deve-se estar disposto a economizar energia, consumir menos, revisar as noções de bem-estar e prosperidade, a cooperar, entender que consumo e qualidade de vida não são diretamente proporcionais e, desenvolver competências comunitárias de todo tipo que possam enfrentar o novo cenário histórico que se instaura e que ainda nos é tão desconhecido e desafiador.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AZKARRAGA, Joseba, MAX-NEEF, Max, FUDERS, Felix, ALTUNA, Larraitz.(2011), *Evolución sostenible: apuntes para una salida razonable*. Eskoriatza: Instituto de Estudios Cooperativo de la Universidad de Mondragón (Lanki).

BOISIER, Sergio. (2003) *El desarrollo em su lugar*. 130 Serie GEOLIBROS, Instituto de Geografia. Santiago de Chile: Pontificia Universidad Católica de Chile,

BRAIDOTTI, Rosi et. Al.(2000), *Mulher, Ambiente e Desenvolvimento Sustentável. Para uma síntese teórica*. Instituto Piaget, Lisboa. [Cap.7: Reformas ambientais e debates sobre desenvolvimento sustentável (p. 175-205)].

CMMAD- COMISSÃO MUNDIAL SOBRE O MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO.(1998), *Nosso Futuro Comum*. Rio de Janeiro: FGV, 1988. cap 2.

COSTA, Heloísa Soares de Moura. (2008), ***“Meio ambiente e desenvolvimento. Um convite à leitura”***, in HISA, Cássio Eduardo Viana (Org.) *Saberes ambientais*, Editora da UFMG, Belo Horizonte.

DALY, Herman E. (1991), *“A Economia Ecológica e o Desenvolvimento Sustentável”* Herman E. Daly. Trad. John Cunha Comerford. Rio de Janeiro: AS-PTA, 1991.

LARRAITZ, Altuna.(2011), *Compromiso social cooperativo y sostenibilidad a comienzos del siglo XXI*. Eskoriatza: Instituto de Estudios Cooperativo de la Universidad de Mondragón (Lanki), 2011. Avance de investigación de tesis.

LEIS, H.R. (2010), "*Bases teóricas para a sustentabilidade no SéculoXXI*", IN Antonio Fernando Silveira Guerra e Mara Lucia Figueiredo (Orgs.) *As sustentabilidades em diálogos*. Editora da Univali, Joinville.

MAX-NEEF, M. (2010): "*The World on a Collision Course and the Need for a New Economy*", en *AMBIO: A Journal of the Human Environment*, 39, 3, p. 200-210.

MCC. Mondragón Corporación Cooperativa (2012). Disponível em: www.mcc.es, (acesso em Janeiro de 2012)

MONDRAGÓN/ARRASATE (2012). Site oficial. Disponível em: <http://www.arrasate-mondragon.org/>,(acesso em Janeiro de 2012)

ROCHA, Jeferson. Marçal da. (2011), *Sustentabilidade em questão: Economia, sociedade e meio ambiente*. Jundiaí, Paco Editorial

SEABRA, F.; FORMAGGI, L.; FLACH, L.(2006), *O papel das instituições no desenvolvimento econômico*. In: BARRAL, Welber (org.). "Teoria Jurídica e desenvolvimento." Florianópolis: Fundação Boiteux,.

SEN , Amartya, (2010), *Desenvolvimento como liberdade/ Amartya Sen*; tradução Laura Teixeira Motta; Revisão técnica Ricardo Doninelli Mendes. _ São Paulo : Companhia das Letras.

SIEDENBERG, D. R. (2006), *Dicionário do Desenvolvimento Regional*. Santa Cruz do Sul : EDUNISC, 2006, v.500. p.168.